

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

EDITAL EQT N° 1/2024



**ATUAÇÃO EM AUDITORIA
INDEPENDENTE NAS INSTITUIÇÕES
AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO
BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)**

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

PROVA: ATUAÇÃO EM AUDITORIA INDEPENDENTE NAS INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)**QUESTÕES OBJETIVAS****Questão 01**

O contador João era procurador do cliente A, que lhe concedeu poderes específicos para executar um procedimento específico de auditoria em sua empresa enquanto estivesse fora. No entanto, naquele momento, João estava impedido de exercer sua profissão. Considerando o caso hipotético e, de acordo com a NBC PG 01, o contador João

- A) está vedado de desempenhar suas funções e exercer a profissão, independente da procuração.
- B) deve esperar o período de três anos para desempenhar suas funções, de acordo com a NBC PG 01.
- C) pode desempenhar suas funções, visto que o impedimento não alterou seus conhecimentos técnicos.
- D) está limitado a executar somente esse procedimento específico de auditoria, uma vez que tem a procuração para tal.
- E) pode executar suas funções e exercer sua profissão dentro dos limites da empresa enquanto for procurador de seu cliente.

Questão 02

O trabalho de asseguuração é o trabalho no qual o auditor independente visa obter evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis (NBC TA Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguuração). Sobre os trabalhos de asseguuração, segundo a NBC TA Estrutura Conceitual, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () No trabalho de asseguuração razoável, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias do trabalho como base para a sua conclusão.
- () No trabalho de asseguuração limitada, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível altamente baixo nas circunstâncias do trabalho, o que o torna menor do que para um trabalho de asseguuração razoável.
- () Nem todos os trabalhos realizados por auditores independentes são trabalhos de asseguuração; cita-se como exemplo, trabalhos abrangidos pelas Normas de Serviços Correlatos e trabalhos de consultoria (ou assessoria), tais como gerenciamento e consultorias tributárias.
- () Os trabalhos para prestar declarações em processos judiciais sobre contabilidade, auditoria, tributação ou outros assuntos também são trabalhos de asseguuração.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) V, F, F, V.
- C) F, V, V, F.
- D) F, F, V, V.
- E) V, F, V, F.

Questão 03

A Revisão Externa de Qualidade pelos Pares denominada de “Revisão pelos Pares” objetiva avaliar os procedimentos adotados pelo contador que atua como auditor independente e pela Firma de Auditoria, com vistas a garantir a qualidade dos trabalhos de auditoria e asseguuração desenvolvidos. A execução do programa depende da observação e atendimento a características específicas, competências exigidas e impedimentos para atuar como revisor. Em relação ao tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. A confiabilidade, a independência, o conflito de interesses e a competência, características do programa de revisão, são os mesmos conceitos aplicáveis a qualquer trabalho de auditoria independente, incluindo, porém, a permissão para revisões recíprocas e as competências e impedimentos para ser um revisado.
- II. Os membros da equipe revisora podem possuir participações e investimentos ou relações familiares com clientes em posição-chave do revisado, no entanto, não podem participar do trabalho de revisão desses clientes, pois a independência do revisor seria considerada prejudicada.
- III. As revisões recíprocas entre auditores independentes são vedadas, pois, um processo de avaliação da qualidade dos trabalhos de auditoria executados pelo contador, que atua como auditor independente e pela Firma de Auditoria, executado por outros auditores independentes de forma mútua, afeta a independência.
- IV. Os impedimentos de atuar como revisor são vários, dentre os quais as hipóteses de auditor que não tenha sido submetido a sua primeira Revisão por Pares ou, que nos últimos dois anos antes da revisão que pretenda fazer, não tenha executado, ao menos, um trabalho de auditoria independente.

Considerando, exclusivamente, as informações apresentadas e de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PA 11, que dispõe sobre a Revisão Externa de Qualidade pelos Pares, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

Questão 04

A independência dos auditores está vinculada à objetividade e integridade, sendo reconhecida por possuir duas dimensões: a independência de fato que é o estado imparcial mental do auditor, sua capacidade de tomar decisões na auditoria que sejam objetivas e imparciais; e, a independência por aparência que são as percepções dos usuários das demonstrações contábeis ou, até mesmo, suas crenças de que o auditor é capaz de tomar decisões indiferentes da auditoria (DYKXHOORN, SINNING, 1982 *apud* MORÁS *et al.*, 2019). Sobre as ameaças à independência na realização dos trabalhos de auditoria, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A mesma firma audita a Empresa ABC S/A nos últimos cinco exercícios e os honorários referentes a este trabalho representam, respectivamente, uma proporção de 55%, 60%, 45%, 55% e 40% das receitas totais dela, o que pode criar uma ameaça de interesse próprio ou de intimidação.
- () Antônio é auditor sênior da firma responsável pela auditoria das Demonstrações Contábeis do Banco DEF S.A., no qual ele tomou um financiamento no ano corrente para aquisição de imóvel em área privilegiada na cidade, cujo valor é relevante para o banco, o que pode gerar uma ameaça de autorrevisão.
- () Carlos é auditor da Empresa ABC S. A. por vários anos, e em função do período, convivência e tratamento recebido, passou a jogar golfe regularmente com o CEO da empresa, o que pode criar uma ameaça de interesse próprio, familiaridade ou intimidação.
- () João é auditor da Companhia TS e possui um empreendimento em conjunto com Márcio, diretor geral da empresa, o que pode criar ameaça de familiaridade.
- () José é um contador que atua como auditor da Empresa WYZ S.A. e possui ações ordinárias dela. A presença de interesses financeiros pode gerar ameaça de intimidação e autorrevisão.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V, F.
- B) F, V, F, V, F.
- C) F, V, F, V, V.
- D) V, F, V, F, F.
- E) V, F, V, F, V.

Questão 05

A independência é critério essencial para o desenvolvimento de trabalhos de asseguarção diferentes de auditoria e revisão, sendo os fatos e circunstâncias que criam ou podem criar ameaças à independência, bem como ações e salvaguardas apropriadas para tratar dessas ameaças normatizados na NBC PO 900, publicada em 27/11/2019 – Independência para Trabalho de Asseguarção diferente de Auditoria e Revisão. Considerando o tema e o disposto na norma, pode-se afirmar que os trabalhos de asseguarção

- A) baseados em afirmações, são aqueles em que a avaliação ou mensuração do objeto é realizada pela firma e as informações do objeto estão na forma de afirmação pela firma que é disponibilizada aos usuários pretendidos.
- B) durante sua realização, é requerido que as firmas cumpram com os princípios fundamentais e sejam dependentes do usuário pretendido e da parte responsável, quando esta for responsável pelas informações do objeto e pelo objeto.
- C) de relatório direto são aqueles em que a avaliação ou mensuração do objeto é realizada pela parte responsável; ou, a parte responsável declara que não realizou a avaliação ou a mensuração de que ela não está disponível para os usuários pretendidos.
- D) objetivam manter o nível de confiança dos usuários pretendidos no resultado da avaliação ou mensuração de objeto, podendo ser baseados em afirmações ou de relatório direto e, em ambos os casos, envolvem duas partes distintas: a firma e a parte responsável.
- E) após sua realização, a firma deve avaliar quaisquer ameaças que tenham afetado a independência, criadas por fatos, interesses, atividades profissionais e relacionamentos entre membros da equipe de asseguarção, a firma, a firma em rede e parte responsável pelo objeto de firmas em rede.

Questão 06

A Lei nº 14.286/2021, conhecida como “Novo Marco Legal do Mercado de Câmbio”, dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no país e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil. Esta Lei abriu espaço para instituições financeiras e bancos brasileiros investirem no exterior seus recursos captados e facilitou o uso da moeda brasileira em transações internacionais. Dentre outras mudanças, o referido diploma:

- A) aumentou o poder normativo do Conselho Monetário Nacional e a conversão para maior centralização regulatória do Banco Central do Brasil.
- B) eliminou a possibilidade de aquisição de insumos produzidos em outro país ser incorporado ao produto final em outra nação e depois ser direcionado ao Brasil.
- C) eliminou a autonomia para que exportadores possam utilizar livremente seus recursos e passem a contar com menos mecanismos de financiamento aos compradores de seus produtos.
- D) reduziu o volume de capitais estrangeiros para aplicação no mercado financeiro e de capitais para investimento direto, inclusive de longa duração e em projetos de infraestrutura e concessões.
- E) reduziu o uso internacional do real, burocratizando a utilização da moeda em operações financeiras internacionais, como remessa de ordens de pagamento em reais de contas em reais de instituições do exterior mantidas em bancos do país.

Questão 07

A Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2023, reestruturou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), criado pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, vinculando-o administrativamente ao Banco Central do Brasil (BCB), sem efetuar alterações em suas competências (BRASIL, 2021). Considerando os dispositivos da referida legislação a respeito das competências do COAF, analise as afirmativas a seguir.

- I. Gerar informações de inteligência financeira para prevenção e combate à lavagem de dinheiro, examinar e identificar ocorrências suspeitas de atividades financeiras ilícitas e aplicar penas administrativas são algumas das competências do COAF.
- II. A realização de investigações, bloqueio de valores, detenção de pessoas, realização de interrogatórios e outras atividades dessa natureza constituem-se em algumas competências do COAF.
- III. O COAF, dentre outras competências, deverá coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores.
- IV. É competência de o COAF realizar a análise de informações sobre suspeitas referentes a indícios da lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo ou outros ilícitos e, sendo fundados, produzir Relatórios de Inteligência Financeira (RIF).

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III e IV.
- B) I, II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

Questão 08

A Resolução CMN nº 4.968 estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem implementar e manter sistemas de controles internos compatíveis com a sua natureza, o seu porte, a sua complexidade, a sua estrutura, o seu perfil de risco e o seu modelo de negócio. À luz da referida norma avalie o que se afirma a seguir no que se refere aos objetivos a serem atingidos pelo sistema de controles internos.

- I. Materialidade: relacionado ao valor ou valores fixados pelo auditor inferiores ao nível ou níveis de materialidade para classes específicas de transações, saldos contábeis e divulgações.
- II. Informação: relacionado à divulgação voluntária ou obrigatória, interna ou externa, de informações financeiras, operacionais e gerenciais, que sejam úteis para o processo de tomada de decisão.
- III. Objetividade: relacionado a ter condição de representar fielmente as informações financeiras, operacionais e gerenciais, que sejam úteis para o processo de tomada de decisão.
- IV. Conformidade: relacionado ao cumprimento de disposições legais, regulamentares e previstas em políticas e códigos internos.
- V. Desempenho: relacionado à eficiência e à efetividade no uso dos recursos nas atividades desenvolvidas.

Guarda correlação com a Resolução nº 4.968 o que se afirma apenas em

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e IV.
- E) II, IV e V.

Questão 09

Mariana é uma auditora independente habilitada, já que foi aprovada no exame de certificação. Mariana, atualmente, exerce atividade de auditoria independente em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ela já possui sua certificação há três anos e procurou mais detalhes sobre os critérios relacionados à manutenção da habilitação do auditor. Neste contexto, assinale a alternativa que representa um dos critérios relacionados à manutenção da habilitação do auditor independente para o caso de Mariana, de acordo com a Resolução CMN nº 4.910 de 27/05/2021.

- A) Precisa ser aprovada em novo exame de certificação organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade em conjunto com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
- B) Como já foi aprovada em exame de certificação organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade em conjunto com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e por continuar em exercício de suas atividades, não precisa realizar nenhum procedimento para manutenção da habilitação.
- C) Precisa comprovar a participação em programa de educação profissional continuada que possua carga horária mínima de cento e vinte horas a cada período de três anos, computados todos os cursos elegíveis para o período, sem carga horária anual mínima; e com preponderância de tópicos relativos a operações realizadas no âmbito do sistema financeiro.
- D) Precisa comprovar a participação em programa de educação profissional continuada que possua carga horária mínima de cento e vinte horas a cada período de três anos, computados todos os cursos elegíveis para o período, observada a carga horária anual de, no mínimo, vinte horas; e com preponderância de tópicos relativos a operações realizadas no âmbito do sistema financeiro.
- E) Precisa ser aprovada em novo exame de certificação organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade em conjunto com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, pois a certificação precisa obrigatoriamente ser renovada a cada três anos e, concomitantemente, precisa comprovar a participação em programa de educação continuada que possua carga horária mínima de cento e vinte horas.

Questão 10

O banco XN é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esse banco possui uma equipe de auditoria que já emitiu relatórios relativos a dois exercícios sociais completos e consecutivos. Maria é funcionária do banco e procurou saber sobre as regras de substituição periódica do auditor para entender quando ou se a equipe de auditoria atual do banco precisa ser substituída. De acordo com a Resolução CMN nº 4.910, Maria concluiu que:

- A) Não existe um prazo obrigatório em que deve haver a substituição da equipe de auditoria.
- B) A equipe de trabalho deve ser imediatamente substituída, já que a resolução estabelece a substituição após emitidos relatórios relativos a dois exercícios sociais completos.
- C) A equipe de trabalho ainda pode permanecer a mesma por mais um exercício social completo e consecutivo, já que a resolução estabelece a substituição após emitidos relatórios relativos a três exercícios sociais completos.
- D) A equipe de trabalho ainda pode permanecer a mesma por mais oito exercícios sociais completos e consecutivos, já que a resolução estabelece a substituição após emitidos relatórios relativos a dez exercícios sociais completos.
- E) A equipe de trabalho ainda pode permanecer a mesma por mais três exercícios sociais completos e consecutivos, já que a resolução estabelece a substituição após emitidos relatórios relativos a cinco exercícios sociais completos.

Questão 11

A Resolução CMN nº 4.910 salienta que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem constituir órgão estatutário denominado “Comitê de Auditoria”. A resolução estabelece que este comitê deve ser composto, no mínimo, por três integrantes, observadas determinadas condições especificadas por tal normativa. A norma estabelece também as atribuições do comitê de auditoria. De acordo com a Resolução CMN nº 4.910 trata-se de uma das atribuições do comitê de auditoria:

- A) Avaliar o cumprimento, pelos auditores independentes, das recomendações feitas pela administração.
- B) Escolher e destituir os auditores independentes, bem como definir sua remuneração, e a sua possível substituição, caso considere necessário.
- C) Reunir-se, no mínimo mensalmente, com a diretoria da instituição, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações.
- D) Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais não necessitam de aprovação pelo conselho de administração. As regras devem ser formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas ou cotistas.
- E) Estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Questão 12

A Resolução CMN nº 4.910, que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta alguns deveres do auditor independente, dentre eles a elaboração, como resultado do trabalho de auditoria, de alguns relatórios. Os relatórios que devem ser elaborados pelo auditor independente, de acordo com a normativa supracitada, como resultado do trabalho de auditoria, são:

- A) De auditoria, apenas.
- B) De auditoria; e, do sistema de controles externos, apenas.
- C) De auditoria; e, de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, apenas.
- D) De auditoria; do sistema de controle dos processos de recálculo; e, de materialidade, apenas.
- E) De auditoria; do sistema de controles internos; e, de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, apenas.

Questão 13

O item 2 da seção 20 do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) estabelece que “as demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, individuais e consolidadas, anuais, semestrais e intermediárias, divulgadas ou publicadas pelas instituições mencionadas no item 1 do capítulo 1. Do Objeto e do Âmbito de Aplicação, por força de disposições legais, regulamentares, estatutárias ou contratuais, ou voluntariamente, devem ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários”, no mesmo item tem-se instituições que ficam dispensadas da auditoria. São exemplos de instituições dispensadas de auditoria:

- A) Corretoras de valores e bancos digitais.
- B) Empresa de pequeno porte e sociedades abertas.
- C) Cooperativas de crédito singulares e sociedades abertas.
- D) Cooperativas de crédito de capital e empréstimo e bancos digitais.
- E) Sociedades de crédito ao microempreendedor e empresa de pequeno porte.

Questão 14

De acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), devem constituir órgão estatutário denominado “comitê de auditoria” as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que: sejam registradas como companhia aberta; sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica; ou atendam aos critérios previstos na regulamentação específica para enquadramento no S1, no S2 e no S3. De acordo com as disposições do COSIF, sobre o comitê de auditoria, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O comitê de auditoria deve manter à disposição do Banco Central do Brasil e do conselho de administração o relatório do comitê de auditoria, pelo prazo mínimo de dois anos, contados de sua elaboração.
- () O comitê de auditoria deve reportar-se diretamente ao conselho de administração ou, na sua inexistência, à diretoria da instituição.
- () As instituições devem divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, semestrais e anuais, resumo do relatório do comitê de auditoria, evidenciando as principais informações contidas nesse documento.
- () A utilização do trabalho de especialistas exige o comitê de auditoria de suas responsabilidades.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, F.
 B) V, V, F, V.
 C) V, F, F, V.
 D) V, F, V, F.
 E) F, V, V, F.

Questão 15

O banco Beta é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e, no curso de suas atividades, realizou transações em Euro e em Dólar. Sendo o banco Beta uma instituição brasileira, os funcionários responsáveis pela escrituração e evidenciação contábil dessas instituições procuraram as diretrizes da Resolução CMN nº 4.924/2021 Seção II – Das Transações em Moeda Estrangeira para entender melhor como deveriam proceder em relação a tais transações realizadas. Antes de consultarem o documento oficial, observaram as seguintes afirmações na *internet*:

- I. As instituições devem converter, individualmente, as transações em moeda estrangeira para a moeda nacional no reconhecimento inicial, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista da data da transação sobre o montante de moeda estrangeira.
- II. Na avaliação de desvalorização por redução no valor recuperável dos ativos não monetários em moeda estrangeira, quando exigida pela regulamentação específica, a perda por redução do valor recuperável deve ser determinada pela comparação entre: o valor contábil em moeda estrangeira convertido de acordo com a taxa de câmbio da data da transação e o valor recuperável em moeda nacional.
- III. As instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, na conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, devem utilizar exclusivamente a taxa de câmbio à vista informada pelo Banco Central do Brasil para efeito de balancete ou balanço patrimonial.
- IV. As instituições devem converter, individualmente, as transações em moeda estrangeira para a moeda nacional na data-base de cada balancete ou balanço, pela taxa de câmbio da respectiva data-base, na conversão de itens monetários e itens não monetários mensurados pelo valor justo.

Considerando a Resolução CMN nº 4.924/2021, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
 B) I e II, apenas.
 C) I e IV, apenas.
 D) II e III, apenas.
 E) III e IV, apenas.

Questão 16

A corretora Alfa é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa corretora adquiriu ativos para os quais não há regulamentação específica emanada do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central do Brasil sobre sua mensuração. Dessa forma, os funcionários recorreram a Resolução CMN nº 4.924/2021 para entender como eles deveriam mensurar tais ativos. De acordo com a resolução supracitada, os funcionários da corretora Alfa devem mensurar tais ativos pelo

- A) valor justo na data-base do balancete ou balanço.
 B) menor valor entre seu custo e seu valor justo na data-base do balancete ou balanço.
 C) seu valor de aquisição independentemente do seu valor justo na data-base do balancete ou balanço.
 D) valor contratualmente previsto para a liquidação da obrigação existente na data-base do balancete ou balanço.
 E) valor estimado da obrigação na data-base do balancete ou balanço, no caso de contrato omissivo quanto ao valor da obrigação ou inexistência de contrato.

Questão 17

A CTA 16 dispõe sobre a emissão de relatório de auditoria sobre a base de contribuições dos agentes financeiros ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), nos seguintes termos: “8. Conforme especificado no item A6 da NBC TA 805, é esperado que o trabalho objeto deste comunicado seja executado pelo mesmo auditor independente que examina as demonstrações contábeis da entidade”. Considerando o disposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A auditoria de quadros isolados e de elementos específicos das demonstrações contábeis pode tornar-se impraticável quando o auditor não foi também incumbido da auditoria completa dessas demonstrações.
- II. O auditor não possui o mesmo nível de compreensão da entidade, seu ambiente e controle interno, em comparação com o auditor encarregado da auditoria completa das demonstrações contábeis da entidade.
- III. A ausência de evidências relativas à qualidade geral dos registros contábeis pode exigir que o auditor ignore a situação e efetue a auditoria sobre a base de contribuições dos agentes financeiros ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) mesmo sem validar a veracidade das conclusões da auditoria.
- IV. O auditor carece da evidência de auditoria relativa à integridade e confiabilidade dos registros contábeis ou de outras informações, cuja obtenção é típica durante a auditoria integral das demonstrações contábeis.

À luz da CTA 16 está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

Questão 18

O Comunicação Técnica de Auditoria 26 (CTA 26) “tem por objetivo orientar os auditores independentes sobre o alcance dos trabalhos e emissão de relatório para atendimento à Resolução CMN nº 4.676, de 31/07/2018, do Conselho Monetário Nacional (CMN), sobre o demonstrativo de remessa obrigatória pelas instituições financeira, que devem anualmente ser objeto de asseguração realizada por auditoria independente” (CFC, 2018). Considerando o disposto na CTA 26, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A remessa dos demonstrativos de direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança é um processo a ser realizado de acordo com normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB), sendo essencial que, nesse contexto, o auditor realize o procedimento de auditoria de Conformidade com Regulamentações.
- () No contexto da auditoria do demonstrativo de direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança, dentre outras responsabilidades do auditor, destacam-se: monitoramento das instituições financeiras, verificação do direcionamento dos recursos de poupança, definição da remuneração da poupança e estabilidade financeira.
- () O demonstrativo de direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) é de elaboração e remessa obrigatória para o Banco Central do Brasil e só poderá ser submetido à auditoria independente junto com a auditoria das demonstrações contábeis.
- () O trabalho de auditoria, conforme a CTA 26, é auditar o demonstrativo de direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança, sendo que, para realização dele, o auditor deve adotar norma contábil que trate de auditoria de quadros isolados, de elementos, de contas ou itens específicos das demonstrações contábeis.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, V.
- B) F, V, V, F.
- C) V, F, F, V.
- D) V, F, V, F.
- E) V, V, V, F.

Questão 19

De acordo com o Comunicado Técnico de Auditoria CTA 03, o Conselho Monetário Nacional (CMN), em 2009, determinou a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas de acordo com as IFRS’s, comparativas para a data-base 31 de dezembro de 2010. Considerando o disposto na CTA 03, o relatório de auditoria das demonstrações contábeis a ser emitido é referente às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) constituídas sob a forma de sociedade anônima

- A) aberta e que possua comitê de auditoria próprio, conforme regulamentação em vigor.
- B) aberta ou que seja obrigada a constituir comitê de auditoria, conforme a regulamentação em vigor.
- C) fechada ou que seja obrigada a constituir comitê de auditoria, conforme a regulamentação em vigor.
- D) aberta e que seja líder de conglomerado integrado por outras instituições constituídas sob a forma de companhia aberta.
- E) fechada e que seja líder de conglomerado integrado por outras instituições constituídas sob a forma de companhia fechada.

Questão 20

As práticas contábeis adotadas pelas instituições reguladas e autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e as adotadas pelas demais entidades apresentam diferenças, por determinação do órgão regulador ou do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e, na medida que não tenham sido aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BCB), a declaração de conformidade nas notas explicativas e no relatório dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nas sessões de responsabilidade da administração e na opinião/conclusão, deverá ser indicado: "...práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil".

(CFC, 2020. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/CTA29.pdf>. Acesso em: 22/03/2024. Adaptado.)

Considerando o disposto, analise as afirmativas a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. "As normas do Conselho Monetário Nacional (CMN e o BCB) estabeleceram uma nova estrutura de demonstrações contábeis completas para serem apresentadas em 30 de junho, que consideram os mesmos demonstrativos contábeis das demonstrações anuais, passando a estabelecer a divulgação da demonstração do resultado abrangente e um volume delimitado de notas explicativas e, as instituições financeiras e outras instituições autorizadas a funcionar pelo BCB têm apresentado, em 30 de junho, as demonstrações contábeis completas para uma ampla gama de usuários."

PORTANTO

- II. "O auditor independente, quando a instituição financeira em que atua apresenta em 30 de junho, demonstrações contábeis completas para uma ampla gama de usuários, conduz os seus trabalhos conforme a NBC TA 700 Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, norma aplicável para auditoria de conjunto completo de demonstrações contábeis para fins gerais, elaboradas de acordo com a estrutura de relatório financeiro que satisfaça às necessidades de informações financeiras comuns de ampla gama de usuários."

Assinale a alternativa correta.

- A) Ambas as afirmativas são proposições falsas.
 B) A afirmativa I é uma proposição falsa; a II é verdadeira.
 C) A afirmativa I é uma proposição verdadeira; a II é falsa.
 D) As afirmativas I e II são proposições verdadeiras; a II é uma justificativa correta da I.
 E) As afirmativas I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

Questão 21

A Resolução CMN nº 4.910/2011 dispõe: "Art. 21. O auditor independente deve: I – observar, na prestação de seus serviços, as normas e os procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, as normas e os procedimentos de auditoria determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil [...]". Conforme apresentado no artigo, fica evidente que a auditoria independente para instituições financeiras, segue a uma hierarquia de normas e regulamentos a serem atendidos. Considerando que as normas e regulamentos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB) possuem prioridade no atendimento, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Banco Central do Brasil (BCB) é o órgão que supervisiona, regula e monitora as instituições financeiras, e emite normas e procedimentos sobre auditoria independente específicos para instituições financeiras.
 II. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é o órgão que supervisiona e regulamenta o mercado financeiro e de ações, emite normas e procedimentos de auditoria independente voltados para instituições financeiras e que negociam ações na bolsa de valores.
 III. O Conselho Federal de Contabilidade é o órgão que regula a profissão contábil e emite normas e procedimentos sobre auditoria independente aplicáveis a todos os setores e tipos de entidades; entretanto, nem sempre tão específicos para as particularidades de determinados setores.
 IV. O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão normativo do sistema financeiro nacional em relação à moeda e ao crédito, e seus instrumentos regulatórios não são de atendimento obrigatório, sendo normas e procedimentos que emitem sobre auditoria independente voltada para as instituições não financeiras.
 V. O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) é uma associação profissional que representa os auditores independentes no Brasil e emite orientações técnicas sobre auditoria independente das demonstrações contábeis, voltadas para todos os tipos de entidade, sem especificidade de áreas.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II e III.
 B) I, II e IV.
 C) I, III e V.
 D) II, IV e V.
 E) III, IV e V.

Questão 22

A Resolução CMN nº 4.910/2021, que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi alterada pela Resolução CMN nº 5.067/2023, dentre outros temas, sobre o comitê de auditoria. Considerando exclusivamente essa alteração, analise as afirmativas a seguir.

- I. O comitê de auditoria das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), é responsável pelo cumprimento das atribuições previstas nessa Resolução, relativamente às demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil integrantes do conglomerado prudencial.
- II. As instituições financeiras e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil não registradas como companhia aberta, que sejam líderes de conglomerado prudencial integrado por instituição registrada como companhia aberta, devem constituir o comitê de auditoria.
- III. As cooperativas de crédito, quando integrarem o sistema cooperativo de crédito, não estão dispensadas da exigência de constituir comitê de auditoria, voluntariamente ou por força de disposições legais, regulamentares, estatutárias ou contratuais, na forma do disposto nessa resolução.
- IV. A constituição de comitê de auditoria próprio não é dispensada para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive para integrantes de conglomerado prudencial cuja instituição líder constitua comitê de auditoria.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III e IV.
- B) I, II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

Questão 23

A Resolução CMN nº 4.910/2021, que dispõe sobre prestação de serviços de auditoria independente para instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi alterada pela Resolução CMN nº 5.067/2023. Dentre outras alterações, modificou a redação do Art. 5º da Resolução CMN nº 4.910/2021, conforma apresentado a seguir.

1. Redação do artigo 5º na Resolução CMN nº 4.910/2021: “Art. 5º As instituições mencionadas no Art. 1º devem exigir que o auditor independente elabore e mantenha adequadamente documentada sua política de independência [...]”.
2. Redação do artigo 5º na Resolução CMN nº 5.067/2023: “Art. 5º Os auditores independentes devem elaborar e manter adequadamente documentada sua política de independência [...]”.

A alteração do artigo 5º para os auditores independentes

- A) delegou a obrigação de elaborar e manter adequadamente documentada sua política de independência, mas, como em qualquer delegação, a responsabilidade continuava a ser das instituições.
- B) gerou a responsabilidade de fazer constar em contrato cláusula específica de seu dever em comunicar formalmente ao Banco Central do Brasil a existência de opinião modificada no relatório.
- C) devolveu a responsabilidade de estudar as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Conselho Federal de Contabilidade.
- D) transmitiu a responsabilidade de observar as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Conselho Federal de Contabilidade.
- E) atribuiu diretamente a responsabilidade exclusiva pela elaboração e manutenção documentada de forma adequada da política de independência, alinhando-se às normas de auditoria, e, excluiu o dever de a instituição exigir tal procedimento.

Questão 24

A Resolução CMN nº 4.910/2021 dispõe: “Art. 9º: O comitê de auditoria deve ser composto, no mínimo, por três integrantes, que devem observar, além das condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme regulamentação específica, as seguintes condições [...]”. À luz da Resolução CMN nº 4.910/2021 é correto afirmar que pode integrar o comitê de auditoria de instituição autorizada a funcionar pelo BCB, na condição de membro:

- A) Joana, prima do diretor da instituição.
- B) José, funcionário da instituição desde 2020.
- C) Marcela, membro do conselho fiscal em instituição concorrente desde 2022.
- D) Márcio, responsável técnico da equipe de auditoria na instituição desde 2021.
- E) Joaquim, que recebe remuneração diretamente da instituição, a título de honorários advocatícios.

Questão 25

A Resolução CMN nº 4.910/2021 e alterações posteriores determinam que o auditor independente deve elaborar, como resultado do trabalho de auditoria para instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, os relatórios de auditoria, do sistema de controles internos e de descumprimento de dispositivos legais. Em relação aos referidos relatórios, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A comunicação dos principais assuntos de auditoria deve constar no relatório de auditoria das demonstrações contábeis individuais ou coletivas, semestrais ou anuais.
- () A documentação de auditoria e os relatórios elaborados pelo auditor independente como resultado do trabalho de auditoria devem ficar à disposição do Banco Central do Brasil por, no máximo, cinco anos.
- () A elaboração dos relatórios deve considerar o mesmo período e a e mesma data-base das demonstrações financeiras a que se referirem.
- () O relatório de auditoria das demonstrações contábeis intermediárias pode ser substituído pelo relatório de revisão limitada do auditor independente.

A sequência correta está em

- A) F, F, V, V.
- B) F, V, F, V.
- C) F, V, F, F.
- D) V, F, V, V.
- E) V, V, F, F.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em **NENHUM MEIO**.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Os textos das respostas das questões dissertativas serão avaliados quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados (demonstração de conhecimento aplicado) e da Língua Portuguesa aplicada.
- Para a avaliação serão atribuídos, no máximo, 25 (vinte e cinco) pontos para cada questão.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo nos casos em que o examinando tenha solicitado condição especial e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverá ser observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas.
- As folhas de respostas dos textos definitivos das questões dissertativas não poderão ser assinadas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que as identifiquem em outro local que não seja o estabelecido para isso, sob pena de anulação da resposta elaborada pelo examinando. Elas serão os únicos documentos válidos para a avaliação das questões dissertativas.
- As folhas para rascunho constantes no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não serão consideradas para fins de avaliação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora (nome, apelido, número de registro profissional, UF, dentre outros) na folha destinada à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.

Questão 01

O Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, foi recepcionado, em sua versão integral, pela Resolução CMN nº 4.924/2021 e pela Resolução BCB nº 120/2021, que, resumidamente, tratam dos princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios, sendo de inteira responsabilidade das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil proceder à sua aplicação conforme estabelecido nas resoluções. Ambos os atos normativos determinam também que as menções a outros pronunciamentos no texto dos pronunciamentos recepcionados devem ser interpretadas como referências a outros pronunciamentos que tenham sido recepcionados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BCB) ou aos dispositivos do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF), que estabeleçam critérios contábeis correlatos aos pronunciamentos objeto das menções.

(COSIF – Manual de Contas do Sistema Financeiro, 2024. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif>. Acesso em: 05/04/2024. Adaptado.)

Suponha uma situação hipotética em que, durante o processo de auditoria das demonstrações contábeis de uma instituição financeira, o auditor independente detectou que haviam sido utilizados os Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, e o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro para contabilização e divulgação dos efeitos tributários dos ajustes retrospectivos gerados pela alteração das política contábeis, pronunciamento este que ainda não foi recepcionado pelo CMN e BCB por meio de atos normativos específicos, mas é mencionado no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros. Ao término do processo de auditoria independente, a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, no relatório do auditor independente, ele incluiu uma ênfase sobre a questões na parte de Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente e expressou Opinião com Ressalva.

Tendo em vista as informações, a Resolução CMN nº 4.924/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e as normas contábeis aplicáveis, disserte sobre: a) a relação entre a utilização do Pronunciamentos Técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros e do Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro com a não conformidade com leis e regulamentos; b) as principais atitudes do auditor independente em relação à utilização do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e os reflexos no relatório de auditoria.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Questão 02

Texto I

A quantidade de capital mantida por um banco deve ser adequada a seu nível de risco e a situação-padrão dos bancos é manter um nível de adequação do capital. A evolução e a sofisticação das operações financeiras devido a maior integração dos sistemas financeiros em nível mundial implicam no estabelecimento de regras focadas na solvência das instituições financeiras: a regulação prudencial estabelece requisitos para as instituições financeiras com foco no gerenciamento de riscos e nos requerimentos mínimos de capital para fazer face aos riscos decorrentes de suas atividades, e que contribuem para afastar a eventual insolvência de uma instituição financeira e de um risco sistêmico no sistema financeiro.

(POSSAS; VIEIRA NETO, 2018.)

Texto II

A regulação prudencial é um tipo de regulação financeira que estabelece requisitos para as instituições financeiras com foco no gerenciamento de riscos e nos requerimentos mínimos de capital para fazer face aos riscos decorrentes de suas atividades. O gerenciamento de riscos e os requerimentos mínimos de capital contribuem para que eventual quebra de uma instituição financeira não gere um efeito dominó no sistema financeiro e, em última instância, perdas para a sociedade como um todo. Esse efeito dominó é conhecido como risco sistêmico.

(BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/regprudencialsegmentacao>. Acesso em: 04/03/2024.)

Considerando os textos motivadores supra, disserte abordando os seguintes tópicos: a) o conceito e as funções do Patrimônio de Referência, Patrimônio de Referência Exigido, Ativo Ponderado pelo Risco e Índice de Basileia, como instrumentos de regulação prudencial e observação obrigatória pelas instituições regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BCB); b) consequências para a instituição financeira e para o auditor independente do descumprimento em observar os instrumentos de regulação prudencial.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



CFC

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica em material transparente de tinta azul ou preta de ponta grossa. No ingresso na sala de aplicação de provas, os examinandos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os examinandos nem a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo, bem como equipamentos eletrônicos e/ou de comunicação, dentre eles: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pen drive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou pulseiras magnéticas e/ou similares, carteiras etc. O Instituto Consulplan não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles causados. No caso de o examinando, durante a realização das provas, ser surpreendido portando/utilizando quaisquer objetos ou aparelhos eletrônicos citados, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e o examinando será ELIMINADO, automaticamente, do Exame.
2. Será admitido o uso de máquina calculadora desde que não permita o armazenamento de texto.
3. O tempo de duração da prova objetiva de múltipla escolha é de 4 (quatro) horas e abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas).
4. O Caderno de Provas consta de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha e 2 (duas) questões dissertativas. Ao receber o material de realização das provas, o examinando deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde à área de conhecimento pleiteada, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o examinando deverá informar tal ocorrência ao fiscal de aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
5. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), sendo apenas uma única resposta correta de acordo com o enunciado da questão. Para cada questão haverá, no Cartão de Respostas, cinco campos de marcações (A, B, C, D e E).
6. No dia da aplicação das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou critérios de avaliação, considerando que é dever do examinando estar ciente das normas contidas em Edital.
7. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio de rascunho.
8. Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de prova somente após 2 (duas) horas do seu início, sendo também liberada a entrega do caderno de provas no momento de sua saída. Ao término da prova deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas), que serão utilizados para a correção da prova. O examinando que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do Exame.
9. Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas e procederem à assinatura do respectivo termo de registro em ata de aplicação. Caso algum dos examinandos insista em sair do local de aplicação antes de ser autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo examinando e testemunhado por 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador da unidade de provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Exame.
10. Ao término da prova, o examinando deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso e a utilização dos sanitários da unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos preliminares das questões objetivas serão divulgados no dia 29 de abril de 2024.
- O examinando poderá apresentar recursos, desde que devidamente fundamentados, de 00h00min do dia 30 de abril de 2024 às 23h59min do dia 02 de maio de 2024. Para recorrer, o examinando deverá encaminhar sua solicitação ao Instituto Consulplan, por meio do campo de Interposição de Recursos, na página referente ao Exame de Qualificação Técnica (EQT), no endereço eletrônico do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.
- Os espelhos das respostas às questões dissertativas (imagem digital) serão disponibilizados na *internet*, no dia 17/06/2024, na página do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br), no ambiente do examinando.
- Os examinandos poderão solicitar revisão das questões dissertativas do EQT (QTG, Perícia, CVM, BCB, Susep e Previc), das 00h00min do dia 18/06/2024 até às 23h59min do dia 19/06/2024, devendo o pedido ser enviado ao Instituto Consulplan, conforme orientação constante no endereço eletrônico (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos pedidos de revisão via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.